



Círculo Social São Camilo

CNPJ nº 60.944.998/0001-04

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.3/4	671.049,21	567.096,05
Contas a Receber	3.4/5	-	75.384,63
Adiantamentos		110,40	-
Total do Ativo Circulante		671.159,61	642.480,68
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a Receber	3.4/5	2.868.594,75	-
Depósitos e Bloqueios Judiciais		2.021.633,10	198.981,78
Total do Realizável a Longo Prazo		4.890.227,85	198.981,78
Propriedades para Investimento	3.6/6	44.113.246,94	44.075.881,29
Imobilizado Líquido	3.7/7	-	9.526.000,00
Total do Ativo Não Circulante		49.003.474,79	53.800.863,07
Total do Ativo		49.674.634,40	54.443.343,75

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores		336,56	589,08
Obrigações Trabalhistas	8	49.929,24	62.452,87
Obrigações Sociais	8	32.112,57	29.345,04
Obrigações Fiscais	8	6.399,72	2.678,53
Termo de Colaboração a Realizar	9	453.541,64	278.980,85
Termo de Parceria a Realizar		-	3.480,00
Acordos Judiciais a Pagar	11	-	578.552,15
Total do Passivo Circulante		542.319,73	956.078,52
Passivo Não Circulante			
Empréstimos	3.13/12	-	7.053.485,47
Provisão para Demandas Judiciais	3.14/10	7.810.710,19	2.080.151,35
Total do Passivo Não Circulante		7.810.710,19	9.133.636,82
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		44.353.628,41	47.250.213,34
Deficit do Exercício		(3.032.023,93)	(2.896.584,93)
Total do Patrimônio Líquido		41.321.604,48	44.353.628,41
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.674.634,40	54.443.343,75

Demonstração dos Fluxos de Caixa

do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Método Indireto - (Em Reais)			
	2023	2022	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Deficit do Exercício	(3.032.023,93)	(2.896.584,93)	
Ajustes ao Deficit do Exercício			
Complemento (Reversão) da Provisão para Demandas Judiciais	5.730.558,84	2.080.151,35	
Juros Passivos sobre Empréstimos	521.927,32	496.261,73	
Deficit do Período Ajustado (Aumento) ou Redução de Ativos	3.220.462,23	(320.171,85)	
Contas a Receber	(11.670.784,45)	151.480,76	
Créditos para Funcionários	(110,40)	-	
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(1.822.651,32)	123.459,04	
Aumento ou (Redução) de Passivos			
Fornecedores	(252,52)	(291,06)	
Obrigações Trabalhistas	(12.523,63)	26.104,52	
Obrigações Sociais	2.767,53	7.807,82	
Obrigações Fiscais	3.721,19	283,68	
Termo de Colaboração a Realizar	174.560,79	(60.919,95)	
Termo de Parceria a Realizar	(3.480,00)	3.480,00	
Acordos Judiciais a Pagar	(578.552,15)	578.552,15	
Caixa gerado nas Atividades Operacionais	(10.686.842,73)	509.785,11	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Empréstimos	1.302.161,54	414.408,61	
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamentos	1.302.161,54	414.408,61	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Adições) Baixas de Propriedades para Investimento	(37.365,65)	(992.960,77)	
(Adições) Baixas de Ativo Imobilizado	9.526.000,00	(2.080.151,35)	
Caixa Líquido gerado (consumido) nas Atividades de Investimentos	9.488.634,35	(992.960,77)	
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	103.953,16	(68.767,05)	
Demonstrado como segue:			
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício	567.096,05	636.863,10	
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Exercício	671.049,21	567.096,05	
Varição do Exercício	103.953,16	(68.767,05)	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em Reais)

Descrição	Patrimônio		Total
	Social	Superávit (Déficit) do Exercício	
Saldo no Início do Exercício de 2022	19.375.313,82	27.874.899,52	47.250.213,34
Superávit Incorporado ao Patrimônio Social	27.874.899,52	(27.874.899,52)	-
Deficit do Exercício	-	(2.896.584,93)	(2.896.584,93)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	47.250.213,34	(2.896.584,93)	44.353.628,41
Deficit Incorporado ao Patrimônio Social	(2.896.584,93)	2.896.584,93	-
Deficit do Exercício	-	(3.032.023,93)	(3.032.023,93)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.353.628,41	(3.032.023,93)	41.321.604,48

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 - (Em Reais)

1. Contexto Operacional: O Círculo Social São Camilo é uma associação civil de direito privado, de caráter confessional católico, filantrópica, entidade beneficente com atuação na área da assistência social, de fins não lucrativos, apolítica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, fundada em 14 de outubro de 1936. A Entidade tem as seguintes finalidades estatutárias: I. Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; II. Amparar crianças e os adolescentes carentes; III. Promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência; IV. Promover gratuitamente a Assistência Educacional ou da Saúde; V. Promover a integração ao mercado de trabalho; VI. Promover o atendimento e a assessoria aos beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos; VII. Desenvolver atividades educacionais tanto na área religiosa como a área da Saúde, podendo, para tanto, fundar e manter estabelecimentos de Educação, de ensino e de Assistência Social nos moldes recomendados e preconizados no Título VIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a Ordem Social. **Unidades de Assistência Social:** Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó: Termo de Colaboração firmado com a Prefeitura da Cidade de São Paulo nº 317/SMADS/2019. Processo SEI nº 6024.2019/000.2825-2. Vigência: 28/10/2019 até 27/10/2024. Centro para Crianças e Adolescentes Nossa Senhora do Ó: Termo de Colaboração firmado com a Prefeitura da Cidade de São Paulo nº 295/SMADS/2019. Processo SEI nº 6024.2019/000.3115-6. Vigência: 12/11/2019 até 11/11/2024. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade (com apresentação às normas contábeis):** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a ITG 2002 (R1) - Resolução 1.409/2012, que preconiza critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi em 31 de janeiro de 2024. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e • Investimentos, onde foi adotado o custo atribuído. 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. 3. **Principais Práticas e Políticas Contábeis:** As principais práticas e políticas contábeis descritas em detalhes nas notas explicativas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. 3.1. **Uso de Estimativas e Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Provisão para demandas judiciais (nota explicativa nº 10). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização, pode divergir dessas estimativas. 3.2. **Ativos Circulantes e Não Circulantes:** O ativo circulante são direitos e bens com maior liquidez, ou seja, que podem ser convertidos em recursos econômicos para a empresa a curto prazo. O ativo não circulante são bens e recursos garantidos à empresa, porém só poderão ser colocados em caixa após médio ou longo prazo. 3.3. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo em CDB/CDI e Poupança, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. 3.4. **Contas a Receber:** Correspondem a valores a receber de venda de imóveis próprios, registrado pelo regime de competência. 3.5. **Depósitos e Bloqueios Judiciais:** São processos fiscais que ainda estão em julgamento. A baixa desses valores, ocorrerá quando ocorrer o trânsito em julgado. 3.6. **Propriedades para Investimento:** Demonstrado pelo valor de custo atribuído através de avaliação efetuada e registrado na data de abertura do exercício de 1º de janeiro de 2010. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o valor de propriedades para investimento tendo como contrapartida o patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", posteriormente incorporados ao patrimônio social. Ganhos e perdas na alienação de item de propriedades para investimento, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil registrado, são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais no resultado. 3.7. **Ativo Imobilizado: Reconhecimento, Mensuração e Depreciação:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção mais a reavaliação efetuada no passado, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos ativos, necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. Quando parte de um item do imobilizado tem diferentes valores úteis, eles são registrados como itens individuais. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado líquido, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e disponíveis para uso. No caso de revisão dos métodos de depreciação, custos úteis e valores residuais, os eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Valores Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. 3.8. **Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Passivo é a obrigação legal ou construtiva que a Entidade possui com terceiros e sua liquidação se dá, provavelmente, por recursos econômicos. Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos compromissos encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do encerramento do balanço. 3.9. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que o recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.10. **Fornecedores:** É representada por valores a pagar a curto prazo, não ultrapassando os 30 dias da data de encerramento do balanço. 3.11. **Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais:** É representada por valores a pagar com pessoal próprio e de terceiros, com vencimento no mês subsequente. 3.12. **Termo de Colaboração com a Prefeitura da Cidade de São Paulo:** O Círculo Social São Camilo, possui duas unidades de assistência social, o Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó e o Centro para Crianças e Adolescentes Nossa Senhora do Ó. Ambas possuem Termos de Colaboração firmados com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, e tem por objetivo realizar serviços para inclusão social e o resgate da cidadania, por meio da oferta de ações socioassistenciais, oferecidos de forma gratuita, continuada, permanente e planejada. O público-alvo dessas ações são crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social. 3.13. **Empréstimos:** Referem-se a empréstimos tomados de entidade congênera para capital de giro, através de contratos de mútuo. São registrados a valores nominais e atualizados mensalmente pelo índice da caderneta de poupança. 3.14. **Provisão para Demandas Judiciais:** A Entidade efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos de contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que possam surgir no decorrer de sua atividade. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo mediante a opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como perda provável, e devendo ser divulgadas as contingências não provisionadas. 3.15. **Benefícios a Empregados:** A Entidade fornece aos seus colaboradores benefícios de englobam basicamente: plano de assistência odontológica e vale transporte. 3.16. **Patrimônio Líquido:** O grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social, acrescido pelos superávits ou redução pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. 3.17. **Receitas Operacionais:** As receitas operacionais são oriundas de Termos firmados com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, e é reconhecida no resultado proporcionalmente com as despesas ocorridas, seguindo a norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, obedecendo os princípios da competência e da oportunidade. O Serviço Voluntário é prestado de forma gratuita, registrado conforme a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros. 3.18. **Alienação de Imobilizado:** Refere-se a receita da venda de imóvel próprio. O ganho apurado será aplicado de forma integral na manutenção da Entidade. 3.19. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais são gastos pagos ou incorridos necessários para a manutenção das atividades da Entidade, e são apropriados de acordo com o regime de competência. 3.20. **Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e juros ativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias, descontos concedidos e juros passivos. Os juros passivos são reconhecidos no resultado, de acordo com o regime de competência. 3.21. **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo, por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos e depósitos e bloqueios judiciais. **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e acordos judiciais a pagar. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço

patrimonial líquido, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. 3.22. **Demonstração do Resultado Abrangente:** A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no exercício.

	2023	2022	
4. Caixa e Equivalentes de Caixa			
Contas Correntes Bancárias - Sem Restrição	593,57	1.767,15	
Contas Correntes Bancárias - Com Restrição (a)	632,97	483,88	
Aplicações Financeiras - Sem Restrição	160.969,50	268.111,23	
Aplicações Financeiras - Com Restrição (a)	508.853,17	296.733,79	
Total	671.049,21	567.096,05	
Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, não são esperadas perdas estimadas de créditos. 6. Propriedades para Investimento: Os ativos classificados como propriedades para investimento, correspondem a terrenos de propriedade da Entidade mantidos para venda. A Entidade está em processo de levantamento e regularização de diversos terrenos existentes em vários loteamentos de sua propriedade, inclusive com discussões judiciais. Devido as regularizações, não vem sendo efetuada a avaliação a valor justo.			
	2022	2023	
Propriedades para Investimento	Custo	Adições	
7. Imobilizado	44.075.881,29	37.395,65	
	2023	2022	
Bens	Custo	Depreciação Anual	
Terrenos	9.526.000,00	(9.526.000,00)	
Veículos	4.200,00	(4.200,00)	
Imobilizado Bruto	9.530.200,00	(9.530.200,00)	
Depreciação Acumulada	(4.200,00)	-	
Imobilizado Líquido	9.526.000,00	(9.526.000,00)	
8. Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais: As obrigações trabalhistas estão compostas da seguinte forma:			
	2023	2022	
Férias a Pagar	5.955,69	24.955,81	
Salários a Pagar	43.598,78	37.497,06	
Rescisões a Pagar	373,72	-	
Total	49.929,24	62.452,87	
As obrigações sociais estão compostas da seguinte forma:			
	2023	2022	
FGTs a Recolher	7.042,96	5.852,46	
INSS a Recolher	23.876,11	22.950,19	
PIs a Recolher	1.177,90	528,07	
Demais Contas	15,60	14,32	
Total	32.112,57	29.345,04	
As obrigações fiscais estão compostas da seguinte forma:			
	2023	2022	
ISS Retido na Fonte a Recolher	54,00	-	
IRRF a Recolher	6.356,72	2.678,53	
Total	6.399,72	2.678,53	
9. Termo de Colaboração a Realizar: No quadro abaixo, resumo dos valores recebidos e aplicados do poder público municipal, referente os termos de colaboração firmados.			
	Valor Recebido	Valor Realizado (Resultado)	Valor a Realizar (Passivo)
2023	2.036.046,30	(1.582.504,66)	453.541,64
2022	1.968.533,20	(1.679.552,35)	278.980,85

10. Provisão para Demandas Judiciais: A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, referente a análise dos processos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis e sua expectativa das quantias devidas, entende que a provisão constituída em 2023 como perda provável no montante de R\$ 7.810.710,19 (exercício anterior - R\$ 2.080.151,35) é uma estimativa razoável para cobrir eventuais perdas. Para fins de divulgação, o valor de perda provável calculado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 3.860.156,87 (exercício anterior - R\$ 2.789.902,42). A maior parte do valor das contingências é referente a ações judiciais para determinar a propriedade e a regularidade de terrenos localizados nos municípios de Itanhaém/SP e Peruibe/SP. 11. **Acordos Judiciais a Pagar:** Refere-se a rescisão contratual de compra e venda de glebas de terras no município de Itanhaém.

Período	Concedente	Valor Recebido	Valor Realizado (Resultado)	Valor a Realizar (Passivo)
2023	Prefeitura da Cidade de São Paulo	2.036.046,30	(1.582.504,66)	453.541,64
2022	Prefeitura da Cidade de São Paulo	1.968.533,20	(1.679.552,35)	278.980,85

11. Provisão para Demandas Judiciais: A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, referente a análise dos processos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis e sua expectativa das quantias devidas, entende que a provisão constituída em 2023 como perda provável no montante de R\$ 7.810.710,19 (exercício anterior - R\$ 2.080.151,35) é uma estimativa razoável para cobrir eventuais perdas. Para fins de divulgação, o valor de perda provável calculado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 3.860.156,87 (exercício anterior - R\$ 2.789.902,42). A maior parte do valor das contingências é referente a ações judiciais para determinar a propriedade e a regularidade de terrenos localizados nos municípios de Itanhaém/SP e Peruibe/SP. 11. **Acordos Judiciais a Pagar:** Refere-se a rescisão contratual de compra e venda de glebas de terras no município de Itanhaém.

Valor do Acordo

Período	Valor do Acordo	Valor Pago	Saldo a Pagar
2022	991.803,66	(413.251,51)	578.552,15
2023	578.552,15	(578.552,15)	-

12. Empréstimos

Período	Valor Principal	Juros Acumulados de Períodos Anteriores	Juros Calculados do Período	Baixas Eletivas do Período	Total
2023	7.762.531,18	1.786.406,85	521.927,32	(496.261,72)	9.488.634,35
2022	7.053.485,47	1.290.145,13	496.261,72	-	8.840.892,32
Total	14.816.016,65	3.076.552,98	1.018.189,04	(496.261,72)	17.404.305,95

13. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Ativos

	2023	2022
Ativo justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	671.049,21	567.096,05
Custo amortizado		
Contas a Receber (Curto Prazo)	-	75.384,63
Contas a Receber (Longo Prazo)	2.868.594,75	-
Adiantamentos	110,40	-
Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.021.633,10	198.981,78
Total	5.561.387,46	841.462,46
Passivos		
Custo amortizado		
Fornecedores	336,56	589,08
Empréstimos	-	7.053.485,47
Acordos Jud		